



CIEA7 #5:

REDES E ESTRATÉGIAS FAMILIARES NA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA – NOVOS
CONTEXTOS, NOVAS RESPOSTAS?

Gabriela Silva[◊]

gabrielamaria.silva@gmail.com

Reféns da Rede:

Contradições e desafios das redes familiares, sociais e comunitárias na
promoção da igualdade de género no Quênia

Em África nas últimas décadas a família, como uma categoria social e moral, ganhou novos contornos. Nos discursos dominantes, quer institucionais quer do senso comum, destaca-se uma visão paradoxal da família. Evocada como um pilar identitário e social de importância sempre renovada, a família contemporânea também é categorizada como estando em crise, “desestruturada” e conseqüentemente apontada como raiz de muitos dos problemas sociais actuais. Com base em dados etnográficos recolhidos com famílias das áreas urbanas pobres da cidade do Mindelo (Cabo Verde), propomos uma análise crítica para além dos discursos sobre a crise da família. As redes familiares transnacionais, as transformações nas relações de género e novas dinâmicas de reciprocidade inter-geracional serão revelados como recursos centrais para uma maioria de cabo-verdianos pobres estruturarem as suas identidades e percursos de vida e assim fazerem face à crescente incerteza que caracteriza os contextos africanos contemporâneos.

Redes, Desenvolvimento, Mulheres.

[◊] Investigadora do CEAUP - Doutoranda em Ciências da Educação pela FPCE-UP.

O ESTADO SOCIAL E A FORMALIDADE

Para nós Europeus e para o mundo Ocidental em geral a prestação de serviços públicos por parte do Estado, apesar de ser um fenómeno recente na História, é tida como garantida. Independentemente de sermos cidadãos de sociedades mais ou menos liberais, com maior ou menor intervenção estatal, estamos habituados a ter acesso a uma série de serviços sociais (desde a Educação à Saúde, da Protecção Civil à Justiça, da Rede de Transportes aos Serviços de Identificação) que nos organizam e enquadram.

Mas o mesmo não acontece em muitas sociedades onde o Estado é mais fraco e omissivo e aí os cidadãos criam estruturas de substituição que deem resposta às suas necessidades. Onde não há médicos e hospitais há apenas curandeiros e conhecimentos endógenos sobre a flora local e as suas propriedades, onde não há escolas há rituais de iniciação e os ensinamentos dos mais velhos para dotar os jovens dos conhecimentos fundamentais para a vida, onde não há tribunais e uma máquina judicial eficiente verifica-se o recurso ao poder tradicional e aos costumes ancestrais para garantir a ordem e por aí adiante. Na maioria das vezes, o Estado, centrado nas elites e distante da maioria da população e da realidade social, apesar de não ter capacidade para dar resposta às necessidades dos cidadãos, não valoriza nem valida estas estruturas e é o contrato social local que lhes dá forma e legitimidade. Estas são estruturas locais, informais, que muitas vezes não são reconhecidas oficialmente mas que proporcionam “serviços” fundamentais para o bem-estar das populações que nelas confiam e que delas dependem. É um caso recorrente nos países considerados menos desenvolvidos (assim considerados de acordo com os mesmos critérios que desvalorizam as estruturas sociais informais) e em sociedades pós-coloniais, apesar de não nos podermos esquecer que o Estado Social também é uma realidade recente na maior parte do mundo. O que acontece é que, como é a realidade onde nós vivemos e crescemos, a temos como garantida, tornando-se difícil imaginar outras formas de organização social. E como a globalização se pauta por uma tendência para a uniformização, as formas de organização social das sociedades consideradas mais desenvolvidas e mais poderosas tende a reproduzir-se nas outras sociedades com resultados, por vezes, inesperados. Nestes casos a informalidade é habitualmente a norma, enquanto que a formalidade é mais restrita geograficamente aos centros urbanos e socialmente restrita às elites e aos mais favorecidos.

Estamos perante uma realidade que de Soto descreve muito bem, na perspectiva da propriedade e do capital fora do mundo ocidental "In fact it is legality that is marginal; extralegality has become the norm" (Soto, 2000), mas que se pode

perfeitamente estender a outras áreas da vida social: a extra-legalidade. E uma das principais tendências das actuais políticas de desenvolvimento é precisamente criar condições para integrar na “formalidade” as populações da margem, nos países menos desenvolvidos, originando fenomenos interessantes de articulação e cooperação, como o reconhecimento “formal” do Poder Tradicional na resolução de determinados conflitos locais, ou o apoio à padronização ortográfica das línguas africanas, de tradição oral, como acontece em Moçambique. Aí, por exemplo, a investidura de um novo Régulo (chefe tradicional) não é apenas um importante evento social para a comunidade, mas uma cerimónia solene que conta com a presença do Governador da província, ou de outro importante líder político, que está lá não só para legitimar o novo Régulo mas também para valorizar o seu papel de representante do Estado e onde também se verifica um enorme esforço de padronização ortográfica das várias línguas de origem banto, que são a língua materna da maioria da população.

No entanto, este esforço de integração na “formalidade” pode produzir efeitos não esperados, dando muitas vezes origem a novas estruturas “formais” de substituição do Estado que podem actuar em cooperação ou competição com este. É o caso, por exemplo, de muitas ONGDs e Igrejas que substituem e competem até com o Estado na Educação (originando em alguns países um verdadeiro caos de currículos, pedagogias e valores), na prestação de cuidados de saúde e de apoio social. Esta é uma realidade, sobretudo local, em áreas onde o Estado é mais ausente.

Os fundos destinados à promoção do desenvolvimento, canalizados para as organizações da sociedade civil, são utilizados, na maior parte das vezes, de forma desintegrada e de acordo com diferentes agendas. Resultantes de uma panóplia complexa de acordos de cooperação e programas de desenvolvimento nacionais, bilaterais ou multilaterais privilegiam sectores, actores, agentes e estratégias, verificando-se, no entanto, e sobretudo por parte da comunidade internacional, uma forte pressão para que os Estados estendam a sua acção às populações da margem e as integrem na formalidade. De qualquer das maneiras assistimos a uma proliferação de estruturas de “substituição” do Estado, quer formais, quer informais e estas estruturas traduzem-se na maior parte das vezes em redes (familiares, comunitárias, profissionais, organizativas). E rede é uma palavra boa para nos descrever esta realidade, porque nos oferece um recurso visual para caracterizar a interligação de estruturas e sistemas sociais.

AS REDES COMO FORMA DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

As redes familiares, por exemplo, informais, são cruciais para proteger os indivíduos e para os enquadrar socialmente. Entre os Luo, do Quênia ocidental, polígamos, é comum a prática da “herança”, uma tradição que determina que em caso de morte do conjuge a mulher é “herdada” pelo membro mais próximo, do sexo masculino, da família deste, na maior parte das vezes um irmão. Numa sociedade patrilinear, onde a mulher raramente trabalha fora de casa, onde a gestão financeira e a propriedade são atribuídas ao homem e onde o casamento serve de enquadramento total ao papel social da mulher, a ideia de esta ficar sozinha é impensável. A “herança” funciona neste caso e à luz dos valores tradicionais dos Luo, como um garante de estabilidade, subsistência e estatuto social. Em outros casos as redes familiares servem de apoio aos indivíduos acolhendo-os e oferecendo-lhes protecção em situações de crise, como fome, desastre natural ou guerra, mesmo sem os conhecerem. Foi relatado por várias pessoas em Angola e em Moçambique que muitas crianças, por exemplo, sobreviveram à guerra civil com o apoio de redes familiares, por vezes mesmo transfronteiriças. Era-lhes dito para procurarem a família num determinado sítio, para se apresentarem e explicarem a situação que as obrigara a procurá-los e imediatamente eram acolhidos e protegidos. As famílias podem, por outro lado, assumir um papel financeiro igualmente importante pois, entre os indivíduos da margem, sem acesso ao crédito, o apoio familiar é, muitas vezes, o único recurso com que podem contar para criar ou expandir um pequeno negócio ou até para encetar uma viagem até à cidade, em busca de melhores oportunidades como acontece com mais de metade dos sujeitos desta pesquisa¹.

Mas também há importantes redes formais com a mesma função como Igrejas, associações, cooperativas, grupos de mulheres, grupos de jovens, grupos de auto-ajuda, grupos comunitários. Estas são redes muitas vezes incentivadas pelo Estado e formalizadas através de documentos oficiais e que funcionam de acordo com um conjunto de regras previstas na lei. Uma das principais funções destas redes sociais é dotar os indivíduos de identidade social. A família confere estatuto, pertença, protecção e reconhecimento (no Quênia, por exemplo, onde a divisão étnica é bastante forte, o nome permite aos indivíduos reconhecer imediatamente as suas origens). As redes formais para além de proporcionarem identidade social, podem

¹ No âmbito da pesquisa que teve lugar entre Março de 2009 e Agosto de 2010, no Quênia, e que deu origem a este artigo foram aplicados 123 questionários a todas as alunas/beneficiárias da ONGD TEMAK (Teenage Mothers and Girls Association of Kenya), cuja principal missão é dar formação profissional a jovens mães solteiras ou em situação de risco para que estas possam, no final, criar o seu próprio emprego. Foram igualmente entrevistados todos os membros do staff (professores, directores e administrativos), antigas alunas e um grupo mais reduzido (12) de alunas actuais.

conferir também identidade legal. Ser membro de um grupo, cooperativa ou Igreja confere igualmente estatuto, pertença, protecção e reconhecimento mas pode para além disso conferir identidade legal, permitindo aos cidadãos da margem aceder a uma série de “serviços” e benefícios culturais, económicos, financeiros e sociais que de outra forma lhes estariam vedados. Por isto mesmo, as redes são profusamente usadas como recurso pelos programas de apoio ao desenvolvimento.

O CASO DO QUÉNIA

O caso do Quénia é particularmente revelador da forma como a criação de redes formais é usada sistematicamente enquanto recurso de apoio ao desenvolvimento. Uma pesquisa no âmbito de um projecto de doutoramento sobre educação não formal e integração de mulheres no mercado de trabalho, neste país, desvenda um conjunto de dados fundamentais para melhor se compreender este fenómeno e as suas implicações, apesar da sua limitação temática.

No Quénia onde, de acordo com dados de 2007 (UNIFEM, 2008) ² o índice de pobreza absoluta é de 46,7% para as Mulheres e 46,6% para os Homens, existem vários programas e instrumentos financeiros de apoio ao empreendedorismo e à criação de auto-emprego. Em articulação com uma agenda forte para a promoção da igualdade de género (UNIFEM, 2007) ², em parte, amplamente disseminada pela comunidade internacional e pelos Doadores o Estado criou algumas respostas integradas e inovadoras para alcançar estes objectivos. Apesar de o acesso à Educação ser universal e não se registarem disparidades de género (UNIFEM, 2008) ² e de a pobreza absoluta atingir de forma idêntica Homens e Mulheres, a desigualdade de género assume formas mais ou menos subtis intrincadas no tecido social e que se traduzem numa forte compartimentação dos papéis sociais e da divisão social do trabalho. À mulher estão destinadas as tarefas domésticas, onde se inclui o trabalho agrícola e os cuidados prestados às crianças e aos idosos, mas estas estão arredadas da gestão financeira, da tomada de decisões e da herança de propriedade², assistindo-se a um forte estereótipo do homem no papel de “chefe de família”. Qualquer programa que tenha por objectivo promover a integração das mulheres no mercado de trabalho, choca, portanto, com o *status quo* social e é extremamente difícil de implementar. Se por um lado há constrangimentos

² A nova Constituição do Quénia, submetida a Referendo nacional e aprovada por maioria, recentemente, a 4 de Agosto de 2010, vai alterar esta situação passando a permitir a herança de propriedades por parte das mulheres. No entanto, a tradição e a prática de muitos grupos étnicos vai levar mais tempo a mudar e mesmo a nova Constituição vai precisar ainda de algum tempo antes de entrar plenamente em vigor.

transversais a homens e mulheres, como o facto de os mais pobres e os que mais necessitam de ajuda, muitas vezes nem sequer terem Bilhete de Identidade que lhes permita inscreverem-se num programa de apoio ou recorrer à Banca, para onde são canalizados muitos fundos de apoio ao empreendedorismo, as mulheres enfrentam além disso outras limitações, a começar pela falta de auto-estima e auto-confiança de quem jamais se viu ou teve acesso a modelos de género em posições de poder, controlo, decisão e responsabilidade.

O Estado, perante este cenário e pressionado por uma comunidade de doadores e políticas internacionais interessados em canalizar fundos para a promoção da igualdade de género cria uma série de mecanismos baseados nas redes ao incentivar o associativismo e a criação de grupos, legalmente constituídos e com personalidade jurídica de forma simples e com regras adaptáveis aos diferentes grupos sociais, apoiados pelas estruturas locais do Estado³. Os termos básicos dos Estatutos destas organizações são muito simples e podem ou não ser mais elaborados de acordo com a vontade dos membros⁴. O Ministério do Género, das Crianças e do Desenvolvimento Social, disponibiliza aconselhamento técnico e tenta promover acções de formação através ONGDs e Associações já bem implementadas localmente e com recursos humanos, nomeadamente voluntários (de que o Ministério não dispõe) para chegarem às populações mais distantes dos centros urbanos, que são igualmente as mais carenciadas e com menos informação. Em resultado desta articulação de esforços e apesar das várias limitações de recursos existem registados 11,269 cooperativas com um total de 3,642,078 membros (22,9% dos quais são mulheres) e 138,753 Grupos de Mulheres (que contam com 5,417,850 membros) para além de associações, grupos de jovens, grupos comunitários e grupos de auto-ajuda, no âmbito de uma população de 37,183,924 (da qual 18,220,123 são mulheres, 9,117,984 em idade fértil e activa) (UNIFEM, 2008).

Apesar de se verificar uma forte presença das mulheres em vários tipos de organizações, este artigo centra-se nos Grupos de Mulheres, uma vez que são os mais direccionados e representativos deste fenómeno de criação de redes sociais formais para promoção da igualdade de género. Para o Estado o principal objectivo da criação destes grupos é criar actividades rentáveis através de criação de auto-

³ Nomeadamente os gabinetes regionais do Ministério do Género, das Crianças e do Desenvolvimento Social, que é a instituição que promove, orienta, selecciona, legitima e supervisiona os diferentes grupos e associações e através da qual os vários fundos de apoio ao desenvolvimento e nomeadamente, os destinados à promoção da Igualdade de Género, são canalizados.

⁴ "Each group creates its own regulation, determining how it is going to work and we try not to interfere. For example, a women's group composed by elder ladies will probably be very basic and simple while a group of young women with more education can create more complex regulations. We just advice when they have doubts and verify if it is according to the law when they present them in the registration process." extrato da entrevista ao Sr. Apollo Athiambo – Director do DGSDO de Kisumu (District Office of the Ministry of Gender, Children and Social Development).

emprego ou pequenos negócios pois o grupo pode apoiar individualmente os membros ou criar uma actividade de negócio maior para todos, no entanto, para os membros os objectivos são muito mais diversificados e exploram todo o potencial da rede. Senão vejamos: Os grupos são constituídos, no mínimo, por 5 mulheres unidas por laços de confiança e interesses comuns, muitas vezes membros da mesma família alargada (transferindo a essência da rede familiar para a formalidade e dotando-a de novas possibilidades), ou amigas que cooperam entre si e com outras redes e estruturas do Estado, alargando a sua esfera de influência e criando capital social para resolver problemas e necessidades comuns. Os principais objectivos dos grupos passam por criar um espaço de partilha e cooperação entre pares, seja para fomentar encontros regulares para troca de experiências (por exemplo entre viúvas, mulheres portadoras de HIV ou mães solteiras), seja para criar uma estrutura de apoio social para pagar propinas às crianças⁵, apoiar os membros em caso de doença ou pagar despesas de funerais ou para apoiar a criação ou desenvolvimento de pequenos negócios, seja através da criação de instrumentos financeiros de poupança e investimento⁶ ou de financiamento através da criação de esquemas de micro-crédito, ao dispôr dos Grupos de Mulheres para os quais existe o Women Enterprise Fund⁷, gerido pelo Ministério do Género que pode emprestar até 50 000 Ksh⁸. Este fundo deve ser pago com uma taxa de juro de 5% no espaço de um ano, mas com um período de carência de quatro meses.

RESULTADOS E CONTRADIÇÕES

Estamos assim perante um conjunto de influências internas e externas que obrigam o Estado a promover a igualdade de género, nomeadamente a chegar às mulheres de meios mais isolados e desfavorecidos, da margem, trazendo-as para a

⁵ No Quénia, tal como na maior parte dos países africanos, nem mesmo o ensino primário é gratuito, e as propinas representam uma despesa bastante elevada, ou mesmo impossível para a maior parte das famílias, agravado pela obrigatoriedade de aquisição de uniformes.

⁶ O “Carrocel” é um bom exemplo de um instrumento simples e amplamente usado: o grupo define o montante e a periodicidade do depósito (quase sempre semanal) e cada membro paga a sua contribuição regularmente. Depois, ou consoante a necessidade de cada membro ou de forma sistemática, cada um recebe, à vez, o montante total dos depósitos de todos os membros. Este pode ser um instrumento muito simples de poupança, mas pode também assumir um pouco mais de complexidade se houver lugar a pagamento do empréstimo com juros, funcionando assim como uma forma de investimento para os membros que veem as suas poupanças aumentar.

⁷ Parte deste fundo também é canalizada para a Banca que disponibiliza linhas de crédito específicas para o empreendedorismo das mulheres. No entanto, o sistema bancário, baseado na formalidade e exigindo documentos demonstrativos de rendimentos e garantias afasta a maior parte das mulheres, que não dispõem de contratos de trabalho, declarações de rendimentos ou títulos de propriedade para além de cobrarem taxas de juro mais elevadas, isto apesar de a recomendação do Ministério ser de 8%.

⁸ Cerca de 50 000 euros à taxa de câmbio actual.

formalidade, para o mundo dos registos escritos, dos contáveis e identificáveis para além do reconhecimento colectivo na comunidade e do contrato social local. Para o efeito, o Estado recorre à criação de redes de pares formais, na maior parte das vezes extensões de redes familiares e comunitárias já existentes através das quais canaliza para a população em geral e para as populações da margem, em particular, uma série de instrumentos (sobretudo formativos e financeiros), discursos e políticas com o objectivo de promover a igualdade de género. Os resultados ficam, no entanto, àquem das expectativas. As mulheres da margem, que deveriam ser privilegiadas neste processo, são as que menos beneficiam dele. Ainda que se verifique um aumento significativo do número de redes de mulheres formais isto não significa que estas tenham acesso a mais meios, recursos e oportunidades e menos ainda a ver os seus papéis sociais mais igualitários, valorizados e diversificados. De acordo com a pesquisa realizada, nenhuma das mulheres entrevistadas ou que respondeu a questionários demonstrou qualquer intenção de recorrer a qualquer financiamento para criar o seu auto-emprego (isto apesar de todas elas estarem a aprender um ofício com esse objectivo) e a grande maioria desconhecia totalmente os apoios canalizados pelo Estado para os grupos de mulheres como incentivo ao empreendedorismo. Todas manifestaram, por outro lado, um enorme receio do indvidamento, uma total desconfiança nas instituições do Estado, que não veem como possíveis parceiros da sua rede e uma grande dificuldade de articulação com outras redes.

Ao incentivar a criação de redes de pares formais, que são extensões das redes familiares e comunitárias já existentes, para canalizar fundos e promover a igualdade de género junto das mulheres da margem, o Estado cria expectativas de sucesso que ficam muito áquem da realidade. Se um grupo de mulheres da mesma família, em conjunto com algumas amigas da mesma aldeia resolve registar um Grupo de Mulheres para se apoiarem mutuamente e resolverem problemas comuns estão apenas a formalizar algo que já existia na prática e no conhecimento colectivo, no entanto, o facto de esta rede de pares ter ganho uma identidade legal que lhe poderia abrir inúmeras portas, pode não ser de todo aproveitado. O grupo na verdade já existia e reproduz todos os *modus vivendis*, estereótipos, papéis de género e limitações da sociedade onde está inserido. A distância a que o Estado se encontra destes cidadãos é enorme o que resulta num total desconhecimento sobre o seu papel, políticas e recursos e numa grande desconfiança. Ainda que aquando da criação do grupo um dos incentivos tenha sido a possibilidade de aceder a alguns recursos, esta é uma ideia quase sempre muito vaga e rapidamente esquecida perante a máquina burocrática que fala uma linguagem de difícil descodificação para os indivíduos da margem (a linguagem formal dos registos e ofícios e documentos). Por outro lado, a

falta de experiências e modelos de mulheres em situação de poder, a gerir dinheiro e com responsabilidade fora da família também afasta o grupo destes recursos que são vistos como ameaçadores, estranhos e desenquadrados de tudo o que estas mulheres conhecem. O facto de viverem isoladas origina igualmente uma grande desconfiança relativamente aos outros, aos que não são da mesma aldeia, aqueles sobre os quais não se conhece a família, os hábitos, a história pessoal e aos que são diferentes com outra etnia, religião, fisionomia ou geografia, sobretudo numa sociedade extremamente compartimentada como a do Quénia onde as divisões étnicas e sociais são enormes, impedindo a extensão da rede e cooperação com outras redes e estruturas do Estado.

No caso da TEMAK, por exemplo, nem mesmo a presença regular de profissionais da banca a explicar os fundos específicos para a criação de emprego por parte das mulheres, de funcionários do Estado a esclarecer sobre programas de apoio ao empreendedorismo ou membros de ONGDs a promover a igualdade de género parece surtir efeito. De acordo com a maioria das mulheres que participaram nesta pesquisa a principal fonte de financiamento são os familiares e os “sponsors” locais (uma figura recorrente, com origem numa prática de forte dependência da caridade, habitualmente associada a uma Igreja implementada na comunidade ou a uma ONGD local). E os variadíssimos grupos de mulheres funcionam sobretudo como ponto de encontro, lugar de partilha de experiências, meio de poupança através de esquemas como o Carrocel e reproduzem a realidade social do meio onde estão inseridos, servindo até por vezes de inibidores da mudança social no sentido da construção de uma sociedade mais igualitária ao compartimentarem ainda mais homens e mulheres, os seus interesses e as suas formas de resolução. As mulheres resolvem questões de mulheres, menosprezadas pelos homens, em conjunto com outras mulheres, como sempre foi feito e sem se acrescentar nenhum elemento novo que sirva de ignição à mudança.

No final, os números apresentados são excelentes e revelam um enorme sucesso destas estratégias de incentivo às redes para canalizar fundos para a promoção da igualdade de género. Registaram-se milhares de redes, distribuíram-se milhares de dólares e milhões de mulheres obtiveram assim identidade legal. É tudo verdade. O que os números e os relatórios não mostram é que os fundos foram canalizados, sobretudo, para grupos de mulheres urbanos, onde o acesso à informação e a participação social mais alargada é maior ou para grupos criados por membros de organizações já consolidadas, sobretudo grandes associações, ONGDs e Igrejas, propositadamente, com o objectivo de obter fundos para um determinado projecto. No entanto, a ideia de criar novas redes sociais de raiz, através do incentivo

ao registo de novos grupos de mulheres, da margem, para as dotar de identidade legal e assim lhes fazer chegar recursos para a criação de auto-emprego ficou totalmente áquem das expectativas e poucos benefícios trouxe a quem mais precisava deles.

BIBLIOGRAFIA

- Akerkar, Supriya (2001) "Gender and Participation: Overview Report", IDS, Brighton
- Andersen, Margaret L., (1997), *Thinking about women - sociological perspectives on sex and gender* (4ª edição ed.). United States: Allyn & Bacon
- Badinter, Elizabeth, (1986), *L'un et l'autre*, Paris: Odile Jacob.
- Barrientos, Stephanie, Kabeer, Naila and Hossain, Naomi, (2004), *The Gender Dimensions of Globalization of Production*, Available at SSRN: <http://ssrn.com/abstract=908162>
- Baudelot, Christian e Roger Establet (1992), *Allez les filles!*, Paris, Seuil.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk society: towards a new modernity*, London, Sage Publications.
- Cornwall, Andrea, Harrison, Elizabeth, Whitehead, Ann, (2007), *Feminisms in Development: contradictions, contestations and challenges*, IDS
- Ferguson, Niall (2002) *The Cash Nexus: Money and Power in the Modern World*, Basic Books, New York
- Héritier, Françoise (1998), *Masculino Feminino - o pensamento da diferença*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Landes, David (1999) *The wealth and poverty of nations: why some are so rich and some are so poor*, W.W. Norton and Company, New York
- Lines, Thomas (2008) *Making Poverty: a History*, Zed Book, London
- Keller-Herzog, Angela (1996), *Globalization and Gender: Development Perspectives and Interventions*, Discussion Paper, Quebec: CIDA
- Maren, Michael (1997), *The Road to Hell: The Ravaging Effects of Foreign Aid and International Charity*, Free Press, New York
- Meer, Shamim and Sever, Charlie (2004) *Gender and Citizenship: Overview Report*, IDS, Brighton
- Moyo, Dambisa, (2009) *Dead Aid*, Penguin Books, London
- Nogueira, Conceição, (2001), *Um novo olhar sobre as relações sociais de género*, Braga: Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Pateman, Carole, (1988), *The sexual contract*. Polity Press.
- Sachs, Jeffrey (2005) *The End of Poverty: Economic Possibilities for our Time*, Penguin, London
- Sen, Amartya, (2000) *Development as Freedom*, Anchor, New York
- Soto, Hernando de (2000) *The Mystery of Capital – Why Capitalism triumphs in the west and fails everywhere else*, Black Swan
- Staveren, Irene van (2002) *Social Capital: What is in it for Feminist Economics?*, IDS Working Paper 368, Brighton
- Stiglitz, Joseph (2006) *Making Globalization work*, Penguin Books
- Sumner, Andy, Ishmael-Perkins, Nick and Lindstrom, Johanna, (2009) *Making Science of Influencing: Assessing the Impact of Development Research*, IDS Working Paper 335, Brighton
- UNIFEM (2008), *Gender Datasheet 2007*, Ministry of Gender, Children and Social Development, Kenya
- UNIFEM (2007), *Gender Directory*, Ministry of Gender, Children and Social Development, Kenya